Crise do capitalismo e luta ideológica

Autor(es): Carvalhas, Carlos

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39831>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-1_27

Accessed : 26-Apr-2023 11:44:18

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo I

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

CRISE DO CAPITALISMO E LUTA IDEOLÓGICA

1. A crise que rebentou em Agosto de 2007 e teve o seu momento mais espectacular com a falência do Lehman Brothers (2008) tem revelado com maior clareza as mistificações económicas no campo da teoria, da prática e do ensino.

É a ‘ciência’ económica ao serviço das classes dominantes, quer nas teorias explicativas da crise, quer nas medidas para a superar.

As roupagens ‘científicas’ com que revestem estas teorias para dar credibilidade às diversas mistificações vão desde a formalização matemática, com o recurso a modelos económicos desfasados da realidade, até ao argumento da autoridade assente no grau académico — *magister dixit* —, ou a exposição mediática de quem as defende e apresenta. A atribuição do chamado Prémio Nobel da Economia a Eugene Fama é um bom exemplo, no seguimento de outros que procuraram dar crédito e reforçar a propaganda da «charlatanice económica», designadamente da Escola de Chicago.

Não estamos a rejeitar as formalizações matemáticas, ou a condenar os modelos econométricos, mas somente a sua utilização para conferir cientificidade ao que a não tem ¹.

¹ Mesmo no sistema financeiro as “matemáticas financeiras” estão cada vez mais presentes, designadamente no cálculo do risco e nas actividades especulativas como nos *hedge funds*. É conhecido o caso do fundo

Os casos são muitos. Olhemos, por exemplo, para o que se afirmou sobre os efeitos extremamente positivos da adopção do euro no crescimento dos países-membros e sobre o desenvolvimento do comércio entre estes, com base em vários trabalhos teóricos e em estudos empíricos como os de Andrew K. Rose², assentes em modelos que vieram a ser contrariados pela prática e por investigações posteriores, designadamente de Harry H. Kelejian³. Andrew Rose previu um crescimento do comércio no seio da Euro-zona de 200%, mas o crescimento efectivo não foi além dos 3% a 5%!

Estes e outros estudos, bem como as declarações de muitas personalidades, como Jacques Delors, Romano Prodi... e, entre nós, Vítor Constâncio, António Guterres e Cavaco Silva, sustentando que o euro, só por si, iria conduzir a um forte crescimento da economia nos países-membros, e designadamente no nosso País, serviram para criar o clima favorável à introdução do euro e às políticas que se lhe seguiram.

Argumentos em sentido inverso são utilizados agora para dar crédito à ideia de que a saída do euro, ou uma dissolução do euro, seria uma catástrofe. «Funk propaganda», como lhe chamou Jacques Sapir⁴. Também no nosso País foi realizado

especulativo L.T.C.M. (Long-Term Capital Management), dirigido por um brilhante matemático (John Meriwether), crente na ilusão dos mercados eficientes, que pôs em risco 17 bancos que transaccionavam *produtos derivados* do fundo, obrigando à intervenção das autoridades americanas para a sua recapitalização, a fim de evitar a catástrofe. No entanto, como sublinha Frédéric Lordon, "...a ciência económica não existe. O que há é a economia política."

² "Does a Currency Union Affects Trade", em *European Economic Review*, n.º 466, 1123-1151.

³ Harry H. KELEJIAN, *In the neighbourhood: the trade effects of the Euro in a spatial framework*, Bank of Greece, working papers, 2011, 136.

⁴ Jacques SAPIR, «L'Euro et la croissance: Funk propaganda», <<http://russeurope.hypotheses.org/date>>, 27/09/2013. Mas, mesmo entre

um estudo pelo Ministério das Finanças — *O impacto do Euro na Economia Portuguesa*, 1998 —, coordenado por uma equipa da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, orientada pelo Prof. António Pinto Barbosa e constituída por António Barreto, Nogueira Leite e Vítor Gaspar, que tinha sido representante pessoal do Ministro das Finanças nas negociações que conduziram ao Tratado de Maastricht.

Este estudo — que se anunciava como “completamente isento” — procurava, como o título indica,

“melhor aquilatar das consequências previsíveis da introdução do euro, bem como obter elementos que permitissem comparar este cenário — inserção de Portugal no espaço da Moeda Única — com outras alternativas.”

Ora, se, na generalidade, os autores antevêm muitas das dificuldades e aspectos negativos do impacto da adesão à moeda única, o que é certo é que, em geral, há uma minimização das consequências negativas em questões relevantes. A título de exemplo, vejam-se as seguintes afirmações: “a perda do instrumento cambial não virá previsivelmente a representar, relativamente ao passado, um custo adicional significativo em matéria de estabilização.” E acrescenta-se (p. 190):

“ainda no plano do ajustamento de choques assimétricos há a registar do lado positivo um grau de flexibilidade dos salários reais significativamente superior ao detectado noutros países e uma margem significativa para um reforço substancial do papel estabilizador obtido por via da integração do mercado de capitais e de crédito nacionais no espaço europeu. Por último,

os banqueiros, há quem pense de modo diferente. No seu livro *Crise Financière* (p. 186), o banqueiro Jean-Michel NAULOT defende que, “tecnicamente preparado, o fim da moeda única não seria o caos!”

o ajustamento requerido na dívida pública e saldo orçamental pelo Pacto e Tratado poderá conferir aos estabilizadores automáticos do orçamento nacional uma eficácia operativa sem paralelo no registo histórico recente da sua contribuição estabilizadora.”

No estudo faz-se também a análise de diversos cenários para se avaliar a possibilidade de violação do limite de 3% para o défice global e sustenta-se (p. 220)

“que o declínio do rácio da dívida ocorre em todos os cenários. Este factor, pela diminuição que provoca nas despesas com os juros e, por essa via, no défice global, favorece uma diminuição de probabilidade de violação ao longo do tempo.”

Mais à frente pode ler-se (p. 242)

“... a flexibilidade dos salários reais poderá constituir, no quadro da União Monetária, um mecanismo de ajustamento crucial para a economia portuguesa na eventualidade de ocorrência de choques adversos.”

Mais claro não se poderia ser, o que ajuda a compreender o essencial da política que tem vindo a ser seguida, nomeadamente as ‘reformas estruturais’ do mercado de trabalho.

E afirma-se ainda (p. 254): “A crescente integração financeira das economias dos futuros Estados-membros da União Monetária tenderá a desempenhar um papel importante na estabilização dos choques assimétricos.”

Notável é a referência a ‘estudos’ empíricos para se defender (p. 104) que “políticas orçamentais contraccionistas estiveram associadas a uma expansão da actividade económica, mesmo a curto-prazo.”

É o que já foi designado por “fraude conveniente” da “austeridade expansionista.”

No campo dos estudos e previsões para favorecer a tomada de tal ou tal medida, e, neste caso medidas de forte contraccionismo, tivemos mais recentemente o exemplo dos famosos “multiplicadores orçamentais” do FMI. Estes indicadores pretendiam medir o impacto dessas medidas no Produto Interno Bruto e mostraram, também no nosso caso, que este estava claramente subestimado, como vieram a reconhecer altos responsáveis do FMI, como Olivier Blanchard e Daniel Leigh. Objectivamente tais multiplicadores serviram para justificar a dose de austeridade que foi aplicada ao nosso País⁵.

As mentiras, a propaganda, as caricaturas ideológicas da ‘ciência económica’ multiplicaram-se no quadro do aprofundamento da crise, procurando ‘demonstrar’ a inevitabilidade das políticas seguidas e a aceitação das medidas ditas de austeridade.

E digo medidas *ditas de austeridade* porque elas são, no essencial, políticas de centralização e concentração de capitais, são políticas que induzem na economia a concentração de riqueza. Depois da crise, a concentração da riqueza acelerou-se. Nos EUA, entre 2008 e 2012, 90% da riqueza criada foi parar às mãos dos 1% mais ricos deste país. Como também se pode ver no Eurostat, Portugal, Grécia, Espanha, Bulgária e Letónia são, na União Europeia, os países com maior desigualdade e esta tem aumentado com a crise.

⁵ Estão também identificados os erros de base do trabalho de Ken ROGOFF e Carmen M. REINHART, “This Time is Different. Eight Centuries of Financial Folly” (Princeton University Press, 2009), considerado a ‘bíblia’ dos neoliberais e das *políticas de austeridade*. Dentro do BCE, outro texto influente no desenho das *políticas de austeridade* é o de Alberto F. ALESINA e Silvia ARDAGNA, “Large Changes in Fiscal Policy: Taxes *versus* Spending”, Working Paper 15438, National Bureau of Economic Research, Cambridge, Outubro de 2009 (Alberto Alesina foi, aliás, um dos grandes inspiradores das políticas de austeridade sustentadas pelo Banco durante o mandato de Jean-Claude Trichet).

A OCDE revelou, em Maio de 2013, que as desigualdades nos Países-membros desta organização se acentuaram mais entre 2008 e 2010 do que durante os doze anos anteriores. E, segundo o *Wealth Report* do Crédito Suíço, os 10% mais ricos do Planeta detêm actualmente 86% da riqueza mundial. Também um Relatório do Banco Suíço UBS (*Rapport World Ultra Wealth*, de 6 de Novembro de 2013) afirma que em Portugal os multimilionários portugueses são em maior número e estão mais ricos! A revista *Eseam* e a ONG OXFAM International evidenciam igualmente esta escandalosa realidade, patente também nos dados oficiais sobre a pobreza no nosso País.

Como é evidente, se a tais medidas se chamasse o que são, medidas de concentração de riqueza, ninguém ousaria publicamente perguntar pelas alternativas a estas medidas. Mas a mesma pergunta já não embaraça se às mesmas medidas se chamar medidas de austeridade!

2. Quando nos referimos às mentiras, à propaganda, não estamos a pensar nos erros de previsão de meio ponto acima ou abaixo do PIB, mas sim nas previsões quanto à tendência da evolução em geral ⁶, ou de tal ou tal variável macroeconómica, tal como tem acontecido no nosso País em relação ao crescimento económico, nomeadamente com as políticas seguidas depois do chamado *memorando de entendimento*. O ‘erro’ não está na previsão quantitativa quando se trata naturalmente de um desvio aceitável, mas na defesa de teses como a de que uma política de drástica redução da despesa e do investimento iria levar ao crescimento económico, à redução do défice e da

⁶ Lembrar a ultra-liberal *Agenda de Lisboa* e a sua estratégia a 10 anos, aprovada na Cimeira de Lisboa, em Março de 2000, que se propunha transformar a União Europeia na «economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo... com a melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e uma maior coesão social!».

dívida. E isto, para além do mais, num quadro de crise generalizada dos nossos principais parceiros comerciais e sem que o País estivesse dotado de moeda própria.

Nestes três anos de *troika* o PIB diminuiu cerca de 6%, o investimento caiu a pique e as melhores previsões para 2014 e 2015 são de um crescimento sempre inferior a 2%, o que é insuficiente para recuperar o emprego! A carta de demissão do Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, reconhecendo que a sua política falhou, é um exemplo do que afirmamos. Muitos dos ‘erros’ cometidos, ou as crendices que são difundidas para sustentar tais ou tais medidas, têm por motivação a vinculação a interesses, a subordinação a grandes grupos económicos e financeiros. Esta questão, tal como o financiamento de universidades privadas, ou o patrocínio de tal ou tal curso ou investigação por grandes grupos económicos e financeiros, ou a contratação de tal ou tal académico como consultor, levanta o problema da deontologia dos economistas. O mesmo se pode dizer em relação a estudos encomendados por governos a certas organizações internacionais. Veja-se o estudo encomendado pelo Governo português, e certamente bem pago — “Portugal: Deepening Structural Reform to Support Growth and Competitiveness”, de Julho de 2014 —, que não deixa de ser mais um exemplo de “charlatanice económica.”

Este tema não é novo. São conhecidas as palavras de Lénine:

“(...) não se pode acreditar *numa só palavra de nenhum* professor de economia política, capaz de realizar os trabalhos mais valiosos no domínio das investigações factuais e especialidades, quando se trata da teoria geral da economia política.”⁷

⁷ *Materialismo e Empiriocriticismo*, Edições Avante!-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, 1982, 259.

Nos EUA, a questão da independência dos economistas já se tinha colocado nos anos de 1920, nomeadamente em três planos: na especulação financeira, na dupla ligação de economistas ao Governo e a empresas privadas, e no financiamento da investigação por instituições privadas.

Em vários países — EUA, Itália, França — têm sido reveladas as ligações estreitas de economistas, muitas vezes omnipresentes nas televisões e imprensa económica, com o mundo da alta finança e dos grandes negócios. Aquilo que já foi chamado de “OPA da finança sobre a investigação económica e o ensino” traduz-se depois na interligação de interesses e na subordinação aos grandes bancos e companhias de seguros de certos economistas, transformados em prosélitos do pensamento único neoliberal. Uma vez no ensino, outras vezes na comunicação social, a defenderem as mesmas soluções e as mesmas políticas neoliberais. Por alguma razão, entre nós, Ricardo Salgado (BES) recebeu do ISEG o grau de doutor *honoris causa* em Julho de 2013; Alexandre Soares dos Santos recebeu da Universidade Católica o prémio Fé e Liberdade em 24 de Junho; e o deputado Paulo Mota Pinto foi convidado pela família Espírito Santo para presidente do Conselho de Administração do BES. Isto, só para citar alguns exemplos!

O caso do BES veio revelar com nitidez ligações estreitas ao Banco de conhecidos comentadores (Marcelo Rebelo de Sousa, Miguel Sousa Tavares), de deputados (Paulo Mota Pinto, Miguel Frasquilho) e de gestores de grandes empresas (Henrique Granadeiro da PT) com assinalável intervenção pública.

No nosso País, se olharmos para as biografias de vários economistas e comentadores, que na comunicação social analisam a crise com a postura de gente de ciência, veremos as suas estreitas ligações ao mundo da finança, à Bolsa, às Seguradoras, aos grandes grupos económicos, sempre com as

mesmas panaceias, os mesmos sofismas, as mesmas ‘verdades’ que levaram à crise e ao descalabro da nossa economia. Vão criando um pensamento económico dominante — embora desmentido pela realidade — e os seus argumentos são depois repetidos acriticamente num estilo de *fast thinking* ao jeito do *fast food*, como já foi afirmado. Este tema foi objecto de vivo debate nos EUA e em França, saindo da esfera académica para o grande público ⁸.

Em 5 de Setembro de 2009, o jornal *Le Monde* colocava a questão da incapacidade dos economistas para prever a “crise financeira”, avançando com a tese das ligações e cumplicidades destes com a alta finança ⁹. A resposta veio pela pena de Patrick Artus, Director do Centro de Estudos do Banco Natixis, afirmando que aquela tese não faria sentido em França mas sim no Reino Unido e nos EUA, não só em relação aos economistas que trabalhavam nos Bancos e nos Fundos de Investimento, mas também em relação aos economistas universitários, ligados, de uma maneira ou de outra, à finança e aos *hedge funds* — fundos especulativos! Mas é uma evidência que estas ligações não explicitadas de economistas que fazem opinião se verificaram e verificam em França, assim como noutros países.

A questão essencial não está no facto de estes economistas, como outros, não terem previsto a crise, ou se terem calado

⁸ Sobre este tema ver, entre outros: Laurent MAUDUIT, *Les imposteurs de l'économie*, Ed. Jean-Claude Gawsewitch, 2012; o artigo de Jean GADREY “La crise remet en cause le savoir et les status des économistes”, em *Le Monde* de 5 de Setembro de 2009; o inquérito em *Le Monde Diplomatique* (Março de 2012) “Les économistes à gages”, e também a revista *Alternatives Économiques*, de Janeiro de 2010.

⁹ A Rainha de Inglaterra já tinha colocado, candidamente, a mesma questão em Novembro de 2008 na London School of Economics and Political Science: quais as razões que impediram os economistas de preverem uma crise de tal amplitude?

face aos indícios que se acumulavam na especulação imobiliária, dadas as suas ligações e cumplicidades ao sistema financeiro e aos grandes grupos económicos, mas sim por defenderem a desregulação do sistema financeiro e das políticas neoliberais que conduziram à crise e, depois, as medidas para a combater.

Em 2011, o filme documentário *Inside Job* mostrou à opinião pública os pareceres interesseiros de economistas comprometidos com o sistema financeiro, designadamente de dois ‘prestigiados’ economistas, Martin Feldstein, da Universidade de Harvard, e Frederic Mishkin, da Columbia Business School, este último governador da Reserva Federal (FED), que elaborou, em 2006, por conta da Câmara do Comércio Islandesa, um relatório altamente positivo sobre a economia do país, precisamente dois anos antes do seu afundamento!

Também dois economistas — Gerard Epstein e Jessica Carrick-Hagenbarth — analisaram os pareceres e as intervenções na comunicação social de 19 economistas nos EUA, dos mais influentes e conhecidos membros e conselheiros do sector financeiro e membros de grupos de pressão a favor de leis favoráveis a este sector, e que só muito raramente revelaram o “conflito de interesses” nas suas intervenções.

A questão das declarações de conflito de interesses é relevante mas, como questiona Frédéric Lordon: “quem as lerá e para fazer que uso? ...Os conselhos de leitura das revistas científicas lerão as declarações de conflito de interesses? Seguramente que as lerão. E depois? E depois nada, evidentemente...”¹⁰. No capítulo desta mesma Comunicação sobre “Miséria da deontologia universitária”, Lordon propõe-nos

¹⁰ Ver a interessante comunicação que apresentou no Congresso da Associação Francesa de Economia Política, em Julho de 2012 (“La pompe à phynance”, blog de *Le Monde Diplomatique*, 21.9.2012).

uma experiência em relação ao período de 1970 a 2010, perguntando: “qual a taxa de rejeição dos artigos de autores como Fama, Jensen, Merton, Sholes, Summers, Schleifer, etc. Zero, apesar de todas as declarações de interesse em boa e devida forma...”¹¹

Paralelamente ao «charlatanismo económico», num quadro que se pode chamar de corrupção intelectual, temos tido também manipulações, especulação e corrupção a partir do sistema financeiro: manipulações da Euribor, da Libor, das taxas de câmbio — Forex — os *swaps*, o crédito estruturado...

3. Temos um sistema bancário não ao serviço do financiamento das empresas e da economia mas ao serviço da acumulação de banqueiros e grandes accionistas nesta economia de casino.

Como se as crises não resultassem da própria essência do modo de produção capitalista, muitos vieram dizer que esta crise teve a sua ‘origem’ no sistema financeiro, foi o resultado da “ganância de alguns” ou do facto de as suas vítimas terem “vivido acima das suas possibilidades”.

A verdade é que, embora com particularidades de país para país, o aumento das dívidas públicas resulta, no essencial, da intervenção dos Estados para salvar os bancos e o sistema financeiro e para tentar debelar a própria crise.

Uma das maiores mistificações tem sido a ocultação da gigantesca transferência de riqueza para o sistema financeiro, designadamente através do Banco Central Europeu, dos programas da *troika* e dos orçamentos de estado, levando ao

¹¹ A Escola Económica de Toulouse criou um *Statement on Scientific Integrity*, que obriga todos os seus professores a tornar públicas as suas actividades remuneradas que ultrapassem os 5000 euros. A *American Economic Association* também adoptou um código deontológico.

endividamento dos estados e ao disparo das dívidas públicas. Um ex-conselheiro de Durão Barroso, Philippe Legrain, afirmou com toda a clareza (*Público*, 11 de Maio de 2014), que as “ajudas a Portugal e à Grécia foram resgates aos bancos alemães e franceses». Por sua vez, a armadilha da dívida pública tem sido o grande instrumento de pressão para a privatização de importantes activos e a liquidação do Estado Social.” Privatizar os lucros e socializar os prejuízos, eis a grande orientação dos governos ao serviço do grande capital financeiro.

A transferência de riqueza para a banca no nosso país não se tem verificado apenas com os milhões da *troika* para a recapitalização da Banca, ou com a nacionalização do BPN, ou com as intervenções no BPP e no BANIF. Ela tem-se verificado também através dos benefícios fiscais, da conversão de impostos deferidos em créditos fiscais, das PPP (Parcerias Público Privadas), dos *swaps*, da emissão da dívida pública, dos elevados juros e múltiplas comissões sobre empresas e particulares, da transferência de fundos de pensões para a Segurança Social.

A banca tem ficado também com dívida pública a taxas entre 3 e 5%, e depois apresenta estes mesmos títulos como garantia — colateral — para receber no BCE o mesmo montante à taxa de 1%, de 0,25% e de 0,15%. O BCE não empresta directamente aos Estados mas empresta à banca, que depois o tem aplicado na especulação financeira ou nos empréstimos à economia — bem pouco — a taxas bem mais elevadas!

Com estas operações e com os empréstimos do BCE a longo prazo (ditos LTRO — *Long Term Refinancing Operations*), a banca tem conseguido reduzir as suas dívidas, no fundamental à custa dos contribuintes. Uma boa parte da liquidez obtida através dos LTRO tem sido aplicada na compra de dívida pública, na especulação, na ‘guerra de moedas’ e muito pouco no financiamento da actividade produtiva. Por isso, no

terceiro LTRO, o BCE decidiu baixar a taxa de depósito para volumes negativos: — 0,1%. Os bancos deverão pagar ao BCE para depositar a sua liquidez. O novo empréstimo a longo prazo previsto para o 2.º semestre deste ano deverá estipular um montante equivalente a 7% que cada banco concede às empresas e a particulares. O objectivo é pressionar os empréstimos entre bancos e aumentar os empréstimos às empresas e a particulares.

Acresce que a banca portuguesa vendeu ainda, no final do ano de 2003, 3,2 mil milhões de euros de dívida pública, tendo realizado significativas mais-valias que se reflectiram nas suas contas anuais. Também em Dezembro de 2012 a Banca vendeu 1,6 mil milhões de euros de dívida pública, um dos activos que mais dinheiro lhe rendeu.

Sem estas operações a banca teria tido lucros bem menores ou prejuízos bem mais elevados, tal é a ficção do valor de balanço dos seus activos, designadamente na rubrica do imobiliário, e a dimensão do crédito mal parado resultante da própria crise.

Apesar disso ainda temos ouvido banqueiros que, com toda a desfaçatez, declaram que têm ajudado o Governo comprando dívida pública... Sem os títulos de dívida pública a banca portuguesa não teria colaterais suficientes para se financiar no BCE, e na banca internacional não o conseguiria pois os ‘mercados’ (a começar pelo mercado interbancário) tinham-lhe fechado as portas.

No plano doutrinário e teórico, os neoliberais defendem que as soluções para os problemas da economia e da vida devem resultar do livre funcionamento do mercado, não devendo o estado ir em socorro de uma empresa que não é rentável ou que está falida. A esta luz, o desendividamento e a consolidação da banca à custa dos contribuintes deveria ser inaceitável. No entanto, para a banca e para grandes grupos económicos aquela ‘verdade’ não se aplica. O argumento é

o de que estas empresas são fundamentais para a economia e grandes demais para se deixarem ir à falência — *too big to fail* —, acrescentando-se que a sua falência teria um efeito sistémico prejudicial para toda a economia. Aquele ‘dogma’ neoliberal de tudo confiar ao mercado só se aplica às pequenas e médias empresas, entregues à sua sorte. O domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo traduz-se na subordinação clara do poder político ao poder financeiro.

A banca e o sistema *Shadow Banking* (instituições financeiras não bancárias) continuam a escapar a qualquer regulação séria, porque o sistema legal visa fomentar a *economia de casino*, segundo os interesses do grande capital financeiro especulador.

A máxima *too big to fail* é mais uma mistificação ideológica, tal como as *nacionalizações a prazo*, ou a criação dos *bad banks*. Mistificações para que os contribuintes (isto é, os trabalhadores, os reformados e pensionistas) paguem a factura da crise, com a prestimosa ajuda de deputados, governantes e partidos estreitamente ligados à banca, o que está bem documentado no livro *Jogos de Poder*, de Paulo Pena! Nos EUA, o Procurador-Geral Eric Holder, respondendo, perante a Comissão de Justiça no Senado, à questão levantada pelo Senador Charles Grassley, que se espantava por haver tão poucos processos judiciais ligados à crise dos *subprime*, argumentou com as nefastas consequências económicas que daí resultariam, dada a extensão e o peso das ligações financeiras dos mesmos. É isto o *too big to fail*. Que também se aplica a alguns banqueiros portugueses e às várias ‘enfermidades’ detectadas em diversos bancos! A frase podia ter sido proferida pelo governador do Banco de Portugal.

4. Mas as mistificações também se têm verificado e repetido no campo da teoria.

Com o aprofundamento da crise surgiram novamente as publicações de obras de Marx, e também vários estudos e artigos de marxólogos, a darem, de novo, a interpretação exacta, ou “formalmente rigorosa e matematizada” da teoria marxista, procurando evidenciar as “limitações e erros” desta teoria. Recorrem uns às ideias (velhas) de Vilfredo Pareto e Friedrich Hayek, que, por sua vez, repetiram os argumentos de Böhm-Bawerk na tentativa de ‘mostrar’ que Marx não resolveu a questão da transformação do valor em preço da produção. Socorrem-se outros da lição de Paul Samuelson, procurando pôr em causa a teoria do valor do trabalho e da mais-valia, passando ao lado, ou omitindo, que o preço da produção é uma forma metamorfoseada do valor que reflecte a passagem da produção mercantil simples para o sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da mão-de-obra assalariada!

Há ainda quem sublinhe a actualidade de David Ricardo e de Marx, como Jean-Michel Naulot, que foi banqueiro durante trinta e sete anos e que cita a opinião de Raymond Barre, segundo o qual Marx tinha tido algumas “intuições geniais”, mas logo acrescenta que Barre nunca as precisou, para depois concluir que o grande erro de Marx foi o de ter previsto a baixa dos salários reais e a pauperização dos trabalhadores, quando os dois séculos que decorreram mostraram que “o capitalismo bem enquadrado por um estado forte permite a criação de riqueza conduzindo a uma elevação geral do nível de vida.”¹²

Outros voltaram também de novo, tal como nas crises anteriores, às concepções formais de Morishima, ou às tentativas mais ou menos difusas de negar a teoria marxista do

¹² Jean-Michel NAULOT, *Crise Financière*, Paris, Éditions du Seuil, 2013.

capital, ou tornando a apresentá-la como uma espécie de ponte entre David Ricardo e Piero Sraffa¹³.

No essencial, tanto as afirmações como as falsificações dos neoliberais, como de muitos ‘marxólogos’, vão no sentido do reconhecimento da contribuição de Marx para o conhecimento e compreensão do capitalismo e das crises, mas no quadro da sua época, isto é, para reafirmarem o seu ‘envelhecimento’, ao mesmo tempo que omitem ou negam, sem qualquer argumentação consistente, os desenvolvimentos e as contribuições de Lênine. Outros, ao mesmo tempo que enaltecem Marx como crítico do capitalismo, rejeitam a sua doutrina da revolução socialista. A minha opinião é a de que as ferramentas que Marx nos legou continuam a ser essenciais para analisar a evolução da sociedade, do capitalismo e do capital.

Dissimular a exploração da mão-de-obra assalariada, fazer a apologia do capitalismo, confinar as respostas à crise no quadro do neoliberalismo, ou muito limitadamente ao keynesianismo; opor um mítico *capitalismo bom* a um *capitalismo mau*, ou um *capitalismo regulado* a um *capitalismo selvagem*, negar a lei da mais-valia (que explica a mecânica de exploração e a tendência histórica do desenvolvimento capitalista) são alguns dos traços marcantes das teorias difundidas pelos grandes centros produtores da ideologia dominante e pelos seus colaboradores e servidores. Procuram incutir a descrença, a ideia de que não há alternativas, para desmobilizar os trabalhadores e travar o ascenso da luta de massas. Procuram desorientar, desacreditar a possibilidade e a necessidade de superar o modo de produção capitalista e a ruptura radical com o sistema de *sociometabolismo do capital* (a expressão é de István

¹³ M. MORISHIMA, *Marx Economics: A Dual Theory of Value and Distribution*, Cambridge University Press, 1973.

Mészáros), na tentativa de manter e reforçar as “cadeias” e os “fios invisíveis” que prendem o assalariado, no plano ideológico e não só.

Como bem salientou Marx,

“o escravo romano estava preso ao seu proprietário por cadeias, o operário assalariado está preso por fios invisíveis. A aparência da sua independência é preservada pela mudança constante do senhor individual de salários e pela *fiction* jurídica do contrato.”¹⁴

Mas a tendência histórica da acumulação capitalista (determinada pela sua contradição fundamental) e o facto de que, para uma dada taxa de acumulação, a sua grandeza depende da grandeza absoluta da mais-valia, continua a processar o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção capitalistas: “O capital é o trabalho morto que apenas se anima, à maneira de um vampiro, pela sucção de trabalho vivo, e que vive tanto mais quanto mais dele sugar.”¹⁵

5. No nosso País a resposta à crise tem sido dada através do eufemismo designado por “desvalorização interna”, isto é, através da substancial redução dos salários reais e das pensões e reformas, designadamente dos trabalhadores da Função Pública, com os resultados desastrosos que são conhecidos. Mas há entre nós, e entre dirigentes europeus, quem evoque exemplos passados de desvalorizações internas com relativo sucesso — Canadá e Suécia —, esquecendo-se de dizer que em todos estes casos os planos de “desvalorização interna”

¹⁴ K. MARX e F. ENGELS, *O Capital*, Edições Avante!, Lisboa, Livro Primeiro, Tomo III, 1997, 653.

¹⁵ *Ibid.*, Edições Avante!-Edições Progresso, Lisboa-Moscovo, Livro Primeiro, Tomo I, 1990, 264.

foram acompanhados de desvalorizações significativas das respectivas moedas (Suécia 23% e Canadá 30%)!

Redução dos salários, liquidação dos direitos e do estado social, desertificação do interior são os vectores do dito combate ao défice orçamental, sob a batuta da mistificação do *estado gastador*. José Victor Malheiros chamou a atenção para a propaganda de um *lobby* da extrema-direita instalado em Bruxelas, e que há vários anos assinala o *dia da libertação de impostos*, com propaganda publicada em milhares de jornais. Comentando esta ‘cruzada’, escreve JVM:

“O subtexto de todos eles era cristalino: o estado é uma entidade parasita... É tão relevante ou tão disparatado sublinhar que trabalhamos até 6 de Junho para pagar impostos, como sublinhar que trabalhamos três meses por ano para o nosso senhorio, mais dois meses para o Pingo Doce e o restante mês para a EDP...”¹⁶

No quadro da actual crise, e mesmo no quadro do sistema capitalista, o País não conseguirá obter taxas de crescimento significativas e sustentáveis nem diminuir substancialmente o desemprego e os défices sem dar resposta a três grandes questões: 1) aumento da produção; 2) aumento da competitividade; 3) redução do serviço da dívida.

O País necessita de se libertar das políticas ditas de austeridade e dos perigos da deflação¹⁷ e precisa de aumentar a produção de bens e serviços de elevado valor acrescentado,

¹⁶ *Público*, 10 de Junho de 2014.

¹⁷ A deflação é uma ameaça real para os países do Sul da Europa e para o nosso País. Patrick ARTUS (*Flash Économie*, n.º 226, 2 de Abril de 2014) afirma que a armadilha monetária (*piège monétaire*) nos países da OCDE é uma armadilha de repartição (*piège de répartition*), uma partilha de rendimentos estruturalmente favorável às empresas em detrimento dos assalariados desde os anos de 1950.

para a exportação e para o mercado interno, substituindo importações, o que coloca a questão da reindustrialização, das deslocalizações de empresas e da política da União Europeia. A política da União Europeia e do BCE, centrada nas políticas de austeridade e na dita estabilidade de preços — a diminuição da taxa de inflação é desfavorável para os devedores —, tem condenado os países a um longo período de recessão e faz correr o risco da sua ‘japonização’, pela deflação.

Mas não se dá resposta ao aumento da produção de bens e serviços sem investimento ¹⁸ (ver Quadro I) e com um mercado interno extremamente deprimido pelos sucessivos cortes nos salários, pensões e prestações sociais, nem com uma banca que concede crédito caro e limitado porque o canaliza para as actividades especulativas sempre mais rentáveis.

Não se dá também resposta ao necessário aumento de competitividade descarregando sobre os salários os custos energéticos e de crédito, que estão bem acima dos suportados pelos principais concorrentes, os custos da ineficiência de organização e de gestão e os custos de uma moeda sistematicamente sobreavaliada em relação à estrutura da nossa economia, como cada vez mais o reconhecem economistas e comentadores dos diversos quadrantes políticos ao afirmarem que “foi um erro termos entrado para o Euro.” (ver Gráfico I)

Não se promove o desenvolvimento, nem se dá resposta aos problemas financeiros e sociais com o actual serviço da dívida, verdadeira sanguessuga e garrote sobre a nossa economia. Só em juros da dívida pública estamos a pagar mais de

¹⁸ Em 2013, o investimento total (público e privado) representou 14,8% do PIB! Em 2010, antes da *troika*, representou 19,6% do PIB. Em 1995, o investimento representava 23,1% do PIB. Estamos, pois, num nível muito inferior ao de 1995. Ver Fátima CARDOSO, Paulo SOARES ESTEVES e António RUA, “O conteúdo importado da procura global em Portugal”, em *Boletim Económico*, Banco de Portugal, Outono de 2013.

7 mil milhões de euros por ano, o equivalente ao que gastamos com a saúde! No quadro do Tratado Orçamental é uma situação insustentável.

Na verdade, o serviço da dívida é económica, social e financeiramente insustentável, como, aliás, o veio a reconhecer indirectamente Cavaco Silva no prefácio de *Roteiros VIII*, afirmando também que, pelo menos até 2035, Portugal continuará sujeito à supervisão dos credores! São cada vez mais os que reconhecem que é necessário renegociar a dívida. Foi entregue uma petição na Assembleia da República nesse sentido e o manifesto das 70 personalidades com assinaturas da área do poder teve o mérito de reconhecer duas coisas:

- a) que a dívida é insustentável;
- b) que é necessário renegociá-la.

Embora com propostas muito limitadas, essa petição representa, de facto, o reconhecimento, embora tardio, de que Portugal necessita de se libertar do ‘garrote’ da dívida externa. No mesmo sentido vai também o estudo, amplamente divulgado, “Um programa sustentável para a reestruturação da dívida portuguesa”, de Julho de 2014, da autoria de Ricardo Cabral, Francisco Louçã, Eugénia Pires e Pedro Nuno Santos.

Em 2010, defendi que Portugal só ganharia se conseguisse, quanto antes, renegociar a sua dívida, pois nessa altura a relação de forças era favorável. Infelizmente, como agora é reconhecido, os factos, mais uma vez, dão razão aos que vinham defendendo este ponto de vista. Desde a assinatura do Memorando, as condições e a relação de forças modificaram-se negativamente para o nosso País, pois nessa altura muitos dos credores eram estrangeiros e privados (64%) e hoje a dívida está nas mãos de credores oficiais com maior poder de retaliação (BCE, FEEF, FMI...) e em bancos nacionais.

A *troika* não só criou as condições que levaram a que a dívida pública aumentasse (e muito!), como permitiu que os credores privados internacionais ganhassem tempo e se livrassem da dívida pública portuguesa. Prestou um bom serviço aos ditos ‘mercados’, isto é, aos mega-bancos, companhias de seguros e fundos de aplicações financeiras!

Mas o facto de a composição dos credores se ter alterado e de a banca nacional ter aumentado a sua participação, não significa que a renegociação da dívida não se deva realizar. Aumentou a sua complexidade, o estado teria de tomar medidas em relação à banca, mas as poupanças públicas que se poderiam obter com a diminuição dos juros, extensão de prazos de maturidade e diminuição de montantes (entre 50 a 60% da dívida), seriam superiores às perdas da banca nacional.

Não podemos deixar que o serviço da dívida estrangule o nosso crescimento. Mesmo depois da reestruturação da dívida, o respectivo serviço terá de ficar indexado às taxas de crescimento económico e às exportações, tal como foi concedido à Alemanha no pós-guerra. E ninguém tenha a ilusão de que é pela via da privatização das empresas estratégicas (REN, EDP, PT, ANA, CTT, etc.), agravando a pressão sobre a Balança de Transacções pela saída de lucros e dividendos (ver Gráfico II), da venda de património, de sucessivas diminuições de salários e pensões e apenas com base numa estratégia exportadora (que pode coexistir com o empobrecimento da generalidade da população do país exportador) que se dá resposta adequada à crise.

Não se desconhecem as dificuldades e complexidades de uma reestruturação da dívida com o corte significativo do seu montante, mas ela é fundamental para se relançar o desenvolvimento e dar resposta ao que lhe tem dado origem. Não se pode aceitar que os ‘mercados’ ‘matem’ a soberania nacional, fazendo prevalecer as suas imposições sobre a vontade do povo soberano.

No entanto, as questões não se resumem à renegociação da dívida, tal como a entendo, nem apenas à questão do euro, como alguns pensam, ou como alguns a resumem ¹⁹. Para além de outras, a questão essencial é não perder de vista o objectivo estratégico — a superação do sistema capitalista —, tendo em conta os ensinamentos das diversas experiências e um ‘modelo’ que, no Leste, se afastou e contrariou os ideais dos comunistas e foi derrotado.

O desenvolvimento e a democracia económica são incompatíveis com o actual nível de dívida do País, com o domínio da economia nacional pela banca e grandes grupos económicos, aliás dependentes do capital estrangeiro.

O capitalismo contemporâneo ‘converteu’ o estado num poderoso e gigantesco mecanismo de redistribuição da riqueza a favor “de meia dúzia de famílias”, a favor de um punhado de ‘grandes senhores’ do capital financeiro, e o sistema financeiro no maior casino da história da humanidade ²⁰.

¹⁹ A saída do euro pode ser pela esquerda ou pela direita, como o afirma Cédric DURAND (*En finir avec l'Europe*, Éd. La Fabrique, 2013). Jacques SAPIR (*Faut-il sortir de l'euro*, Paris Éd. du Seuil, 2012) e Frédéric LORDON (*La Malfaçon...*), entre outros, entendem que a melhor solução seria uma moeda comum. Há também as ilusões dos federalistas, como James K. GALBRAITH, Stuart HOLLAND e Yanis VAROUFAKIS (*Modeste Proposition pour Résoudre la Crise de la Zone Euro*, trad. franc., com Prefácio de Michel Rocard, Paris, Éd. Les Petis Matins, 2014) ou como o grupo alemão de Glienicke (ver: <www.glienickergruppe.eu>) e o *Manifesto pour une union politique de L'euro* (ver: <www.pouruneunionpolitiquedeleuro.eu>). Eric TOUSSAINT, como muitos outros, para além do questionamento do euro e da reestruturação da dívida, propõe a socialização da banca e dos seguros (fonte: <<http://www.cadtm.org>>).

²⁰ Segundo o Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) (em inglês Bank for International Settlements — BIS), o curso dos derivados OTC (*over the counter*) era de 633 mil milhares de milhão de dólares em fins de 2013, sete vezes mais do que em 2000. Se lhe juntarmos os derivados negociados sobre as plataformas electrónicas dos mercados organizados, o

Resumo: A crise de 2007/2008 e os seus desenvolvimentos vieram mostrar com maior clareza mistificações no domínio da teoria económica e do ensino da Economia e também na esfera da política económica.

Revelaram também com mais evidência as ligações de economistas, comentadores económicos e académicos aos grandes grupos económicos e financeiros e as suas opiniões não isentas, designadamente em relação às medidas para superar a crise, em especial a chamada crise das dívidas públicas.

Palavras-chave: crise do capitalismo; políticas de austeridade; capital financeiro; dívida externa; marxismo.

Crisis of capitalism and ideological struggle

Abstract: The 2007/2008 crisis and its developments have shown even more clearly the mystifications in the field of economic theory and of Economics teaching, as well in what concerns economic policies.

It also revealed more openly the connections between the economists, economic commentators and academics and the big economic and financial groups and their opinions are not impartial, particularly regarding the measures to overcome the crisis, especially the so-called public debt crisis.

Keywords: crisis of capitalism; austerity policies; financial capital; external debt; marxism.

Carlos Carvalho

Economista

curso global dos derivados situa-se nos 685 mil milhares de dólares, ou seja, dez vezes o PIB mundial! Em 2003 afirmava Warren BUFFET (Carta aos accionistas do Anual Report, Berkshire's Corporate Performance, referente a 2002): "... Os derivados são armas financeiras de destruição massiva, comportando perigos que, embora latentes, são potencialmente letais". E no *Forum Davos* desse ano acrescentou: "Nós inventámos os produtos derivados, por isso conhecemos bem os efeitos que estes podem ter."